A renda de bilro como prática de resistência feminina e economia solidária em Raposa-MA

Bobbin lace as a practice of female resistance and solidarity economy in Raposa-MA

Victor Eduardo Chaves e Silva[1]
https://orcid.org/0009-0002-3926-2799
http://lattes.cnpq.br/4000865449118512

Recebido em: 17 de maio de 2025.
Revisão final: 03 de maio de 2026.
Aprovado em: 16 de maio de 2026.

https://doi.org/10.46401/arec.2026.v18.23418

1 Mestre em ensino de História pela Universidade Federal do Maranhão (2025). Licenciado em História pela Universidade Estadual do Maranhão (2021). Graduando em Direito pela Universidade Federal do Maranhão. Atualmente, pesquisa Educação patrimonial e renda de bilro como formas de resistência em Raposa-MA. E-mail: chaves.victor@discente.ufma.br

Resumo: Este artigo analisa a renda de bilro em Raposa-MA como prática de resistência cultural e organização econômica protagonizada por mulheres, abordando o "saber-fazer" das rendeiras a partir dos instrumentos utilizados e os conhecimentos transpassados de geração em geração, inserindo-se nos debates historiográficos sobre patrimônio imaterial, gênero e História Oral. A partir da pesquisa bibliográfica e documental, discute-se o processo de patrimonialização da renda de bilro no município de Raposa e para o debate sobre o papel das rendeiras enquanto sujeitos históricos, realizou-se a pesquisa de campo por meio da observação participante e da metodologia da História Oral. Retrata-se que o saber-fazer das rendeiras caracterizam-se como práticas tradicionais que reafirmam identidades coletivas, preservam um patrimônio imaterial e constroem redes de solidariedade.

Palavras-chave: renda de bilro, patrimônio imaterial, resistência cultural, economia solidária, história oral.

Abstract: This article analyzes bobbin lace in Raposa-MA as a practice of cultural resistance and economic organization led by women, addressing the "know-how" of the lacemakers based on the instruments used and the knowledge passed down from generation to generation, thus fitting into the historiographical debates on intangible heritage, gender, and Oral History. Based on bibliographic and documentary research, the process of patrimonialization of bobbin lace in the municipality of Raposa is discussed, and for the debate on the role of the lacemakers as historical subjects, field research was conducted through participant observation and the methodology of Oral History. It portrays that the know-how of the lacemakers is characterized as traditional practices that reaffirm collective identities, preserve intangible heritage, and build networks of solidarity.

Keywords: bobbin lace, intangible heritage, cultural resistance, solidarity economy, oral history.

Introdução

A renda de bilro é uma técnica artesanal conhecida pelo processo de trançar fios têxteis, podendo ser linha de algodão ou linho, sobre uma almofada em formato oval, alargado com a ajuda de alfinetes e "bilros" (pequenos bastões de madeira com pontas em esferas). Os registros mais antigos sobre essa prática são entre os séculos XV e XVI, sem uma data exata, apenas uma estimativa temporal. Para Oliveira (2014), há fortes indícios do surgimento dessa arte anterior a essa temporalidade e teria iniciado nos países da Espanha e Portugal, ainda em meados dos séculos XII e XIII.

A chegada dessa prática cultural no Brasil, supõe-se que veio com os tripulantes junto a família real, quando do processo de transferência da corte para a colônia. Segundo Felippi (2021, p.47)

> [...] acredita-se que foi com a chegada de D. João VI (1767-1826) e da corte portuguesa que a necessidade de produção e de uso de rendas acentuou-se, pois os eventos sociais tornaram-se suntuosos e a elite passou a fazer uso de roupas mais elaboradas, principalmente sob influência da moda inglesa e francesa da época - e, dentre os dois países, a moda francesa foi a que mais sobressaiu.

Independentemente da origem exata, a renda de bilro fincou raízes em território brasileiro e passou a compor o repertório cultural de diversas regiões, especialmente no litoral. No Maranhão, e em particular no município de Raposa, essa prática não apenas se preservou, como se tornou símbolo de identidade e resistência para gerações de mulheres artesãs.

A renda de bilro, prática artesanal ancestral e de profundo valor simbólico, constitui-se em elemento central da identidade cultural do município de Raposa, no estado do Maranhão. Muito além de um saber-fazer tradicional, essa prática é, sobretudo, uma forma de resistência feminina, cultural e econômica, perpetuada por gerações de mulheres que, por meio de seus bilros e almofadas, tecem não apenas fios, mas também memórias, afetos, autonomia e pertencimento. Em um país marcado por desigualdades históricas de gênero, raça e classe, práticas como a renda de bilro emergem como ferramentas silenciosas de resistência, ressignificação e valorização de saberes subalternizados.

Durante muito tempo, a produção de rendas e outros saberes artesanais femininos esteve à margem dos discursos históricos e acadêmicos,

frequentemente desconsiderada como forma legítima de conhecimento, criação e trabalho. Entretanto, com o avanço dos estudos sobre cultura popular, memória e patrimônio, esse cenário tem sido revisto, possibilitando o reconhecimento da renda de bilro como patrimônio cultural imaterial — como atestam as recentes leis nº 12.242/2024[2] que elevou a renda de bilro à condição de patrimônio cultural de natureza imaterial e cultural do Estado do Maranhão e a lei nº 12.262/2024 que tornou Raposa terra do artesanato da renda de bilro[3]. Essas legislações reconhecem oficialmente a importância dessa prática em Raposa-MA. Tal reconhecimento, embora tardio, representa um avanço na luta das rendeiras pela visibilidade e valorização de seu ofício, ampliando os espaços de legitimação política e simbólica de suas práticas.

A escolha por Raposa-MA como recorte geográfico para este estudo não é aleatória. O município, localizado na grande Ilha de Upaon-Açu, é conhecido nacionalmente pela força de suas rendeiras e pela preservação da técnica tradicional da renda de bilro, transmitida oralmente entre mulheres da mesma família ou comunidade. Em Raposa, a renda é mais que uma atividade econômica: é memória viva, herança, rito de passagem e ferramenta de empoderamento. É, também, um dos poucos campos em que as mulheres locais conseguiram construir redes de autonomia econômica e social dentro de um contexto estruturalmente desigual.

Nesse sentido, realizou-se a pesquisa bibliográfica e documental sobre o processo de patrimonialização da renda de bilro no município de Raposa. Neste estudo aprofunda-se as discussões sobre o protagonismo exercido por mulheres nessa arte de tecer, apoiado nas perspectivas teóricas de Scott (1995) e Joshi (2009). A partir da abordagem da história oral, dialoga-se com algumas entrevistas realizadas junto as rendeiras da Associação Bilro de Ouro, aportando-se para

2 LEI Nº 12.262, DE 24 DE ABRIL DE 2024. Declara e reconhece o Município de Raposa como a Terra do Artesanato Renda de Bilro. Disponível em: https://www.rcambiental.com.br/ver-ato/LEI--MA-12242-2024/01937da1-5000-79e0-9d5e-f0cf74f7d3e3. Acesso em 15 mai. 2025.

3 com autoria da deputada estadual Fabiana Vilar (PL) fruto de um esforço conjunto com o atual prefeito da cidade, Eudes Barros (PL), a cidade de Raposa foi oficialmente reconhecida como a "terra do artesanato Renda de Bilro". Disponível em: <https://gilbertoleda.com.br/2024/05/17/raposa-renda-de-bilro-e-consagrada-como-patrimonio-cultural-no-maranhao/#:~:text=Raposa%3A%20Renda%20de%20Bilro%20%C3%A9%20consagrada%20como%20Patrim%C3%B4nio%20Cultural%20no%20Maranh%C3%A3o,-Publicado%20em%2017&text=O%20governador%20Carlos%20Brand%C3%A3o%20sancionou,Imaterial%20e%20Cultural%20do%20Estado.>. Acesso em 12 fev. 2025.

esse debate os estudos de Bosi (2006) e Portelli (2016), entre outros.

Ademais, segundo Thompson (1999) a história oral permite que aconteça uma abordagem ampla visto que é um meio de escuta e registro da oralidade do que as pessoas têm a falar, pessoas que dificilmente aparecem nos registros oficiais. Complementam-se a essa abordagem, as oficinas de renda realizadas na cidade na escola Sarney filho, com o objetivo de manter viva a tradição as novas gerações do município.

Do ponto de vista simbólico, a renda de bilro pode ser compreendida como uma prática decolonial, na medida em que resgata e valoriza saberes que foram historicamente subordinados aos padrões eurocêntricos de conhecimento e produção. De acordo com Mignolo (2017) para a decolonialidade acontecer, primeiro quebra-se o vínculo com a estrutura de conhecimento criada pelos colonizadores, para que assim aconteça o engajamento em uma reconstituição epistêmica. É nesse contexto que se insere a perspectiva de Stuart Hall (2006), visto que as identidades culturais são construções históricas e políticas, moldadas pelas condições da modernidade e pelos processos de exclusão e resistência. Nesse sentido, a renda de bilro é mais do que uma técnica artesanal — ela é uma narrativa de pertencimento, de afirmação e de enfrentamento às desigualdades históricas.

Ao centrar a análise nas mulheres rendeiras como sujeitos históricos, buscamos contribuir para o fortalecimento de narrativas contra hegemônicas e para a valorização de epistemologias locais. A renda de bilro, nesse contexto, é uma prática viva que resiste, que transforma e que tece não apenas artefatos têxteis, mas também novos modos de estar no mundo. Um saber ancestral que pulsa no presente e projeta futuros possíveis para as mulheres de Raposa-MA.

A Renda de Bilro como Patrimônio Cultural Imaterial

A renda de bilro, prática ancestral profundamente enraizada nas comunidades litorâneas brasileiras, especialmente em Raposa-MA, constitui um exemplo emblemático da riqueza do patrimônio imaterial brasileiro. Mais do que uma técnica artesanal, ela representa uma forma de expressão cultural que envolve saberes, fazeres, simbologias, relações de gênero, e sentidos coletivos de pertencimento, transmitidos de geração em geração, quase sempre no âmbito

doméstico e feminino. Em tempos de crescente patrimonialização da cultura popular, a valorização da renda de bilro emerge como um gesto de reconhecimento e dignificação das práticas culturais historicamente subalternizadas.

A Constituição Federal de 1988, no artigo 216, define o patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, que constituem referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Essa definição foi aprofundada e operacionalizada por meio da atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que, desde 2000, instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, com categorias como saberes, celebrações, formas de expressão e lugares[4]. Assim, a renda de bilro inscreve-se no campo dos saberes e das formas de expressão, enquanto prática associada a modos de vida tradicionais, à estética popular e ao trabalho feminino.

A busca pelo reconhecimento das atividades das mulheres rendeiras tem ligação com a Associação Renda Bilro de Ouro, criado desde 17 de dezembro de 1988, e a deputada Fabiana Vilar (Partido Liberal), que foi secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Pesca entre os anos de 2019 e 2020. O campo de atuação da deputada, como secretária na época no município de Raposa, permitiu que as mulheres rendeiras ligadas a associação pudessem expressar os desafios enfrentados, principalmente a continuidade da tradição da renda de bilro pelas próximas gerações, pois não tinha incentivos de valorização e práticas que estimulassem a venda do artesanato.

Os anseios dessas mulheres rendeiras junto a deputada originariam a elaboração de dois projetos de leis propostos pela deputada Fabiana Vilar. O primeiro refere-se à Lei 12.262, originária do Projeto de Lei 841/2023, na qual consta em seu documento o reconhecimento do município de Raposa como a "Terra do Artesanato Renda de Bilro". A segundo é referente a Lei 12.242, originária do Projeto de Lei 847/2023, elevando o artesanato renda de bilro à condição de Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial e Cultural do Estado do Maranhão.

Diante desses marcos legais, representa a concretização de uma conquista política e simbólica, mas que foi resultado de décadas de mobilização social, de

4 Em agosto de 2000, por meio do decreto nº 3.551, instituiu-se o registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/687#:~:text=Em%204%20de%20agosto%20de%202000%20foi,contribu%C3%ADram%20para%20a%20forma%C3%A7%C3%A3o%20da%20sociedade%20brasileira. Acesso em: 15 maio. 2025.

reivindicações das rendeiras e de iniciativas institucionais voltadas à valorização da cultura local. Como destaca Serrão (2019), o processo de reconhecimento da renda enquanto patrimônio foi precedido por projetos de inventário cultural, pesquisas acadêmicas, exposições, oficinas de valorização do saber-fazer e ações de articulação política que envolveram tanto o poder público quanto associações civis e universidades.

Contudo, é fundamental compreender que o processo de patrimonialização não se limita à chancela oficial do Estado. Conforme afirma Le Goff (1990), os documentos são monumentos e estes, que sustentam a memória histórica são, na verdade, construções sociais, produzidos com intencionalidades específicas, e muitas vezes utilizados para consolidar determinadas representações do passado. Isso nos permite entender que a memória — e o patrimônio que dela decorre — está sujeita a seleções, esquecimentos e disputas. O que se consagra como patrimônio cultural resulta, assim, de processos de institucionalização da memória coletiva, nos quais se definem quais experiências devem ser destacadas e quais serão silenciadas. Nessa perspectiva, o reconhecimento da renda de bilro como bem cultural imaterial também representa a legitimação de um repertório simbólico historicamente marginalizado, vinculado às mulheres, aos saberes artesanais, à economia familiar e às tradições populares, cujos protagonismos por muito tempo foram relegados às margens das narrativas oficiais.

À luz dessa abordagem, a patrimonialização da renda de bilro de Raposa-MA tem um caráter profundamente político. Ao conferir reconhecimento formal a essa prática, o Estado brasileiro reconhece também os saberes femininos como legítimos, deslocando o eixo da produção cultural para além dos cânones eurocêntricos e masculinos que tradicionalmente dominaram os discursos patrimoniais. O patrimônio cultural pode ser compreendido como uma arena de lutas simbólicas, onde diferentes grupos disputam narrativas, pertencimentos e representações. Embora Stuart Hall (2006) não trate diretamente da noção de patrimônio, suas reflexões sobre identidade cultural ajudam a compreender como os sentidos atribuídos ao patrimônio são historicamente construídos, instáveis e marcados por relações de poder. Com isso, o reconhecimento da renda, portanto, é também o reconhecimento das rendeiras como sujeitas produtoras de cultura e de história, o que rompe com a lógica colonialista de invisibilização dos saberes populares e de subalternização do trabalho artesanal.

Além disso, a patrimonialização da renda de bilro carrega implicações significativas para as comunidades envolvidas. A partir do reconhecimento oficial, tornou-se possível acessar recursos públicos para a promoção de políticas de salvaguarda, como oficinas de formação, apoio a feiras e eventos, ações de registro audiovisual, publicações, projetos educativos e programas de geração de renda.

Em Raposa, algumas dessas ações já são visíveis por meio da atuação da Associação Bilro de Ouro, que tem desempenhado um papel crucial na organização das rendeiras, na comercialização dos produtos e na articulação com instituições públicas e privadas, as rendeiras conseguem cooptar recursos junto a órgãos públicos do Estado e irem vender seus produtos em diversas regiões do País. A associação funciona como um espaço de sociabilidade, resistência e reinvenção da prática rendilheira, agregando valor simbólico e econômico ao trabalho das mulheres.

Figura 1 - Frente da associação bilro de ouro em Raposa-MA



Fonte: Acervo do autor (2024)

Contudo, é preciso cautela com os riscos implicados na patrimonialização de práticas culturais vivas. Um dos perigos apontados por estudiosos do campo é a "folclorização" ou a "congelamento" dessas práticas, que podem ser reduzidas a produtos turísticos descontextualizados ou a estereótipos culturais cristalizados, esvaziados de suas dimensões políticas, subjetivas e históricas. Por isso, é fundamental adotar uma perspectiva crítica sobre a patrimonialização, entendendo-a como um processo dialógico, que deve ser construído a partir da escuta e da participação ativa dos grupos detentores dos saberes. Nesse aspecto,

o papel das rendeiras como agentes centrais do processo é inegociável. São elas que detêm os conhecimentos, que transmitem as técnicas, que reinventam os desenhos, que adaptam a produção às novas demandas de mercado e que constroem, dia após dia, o sentido vivo da tradição.

Conforme ressaltam Rios (2015) e Aboud (2019), as mulheres rendeiras de Raposa não são apenas guardiãs de um saber ancestral; são também empreendedoras, educadoras, líderes comunitárias e articuladoras culturais. A patrimonialização da renda de bilro, portanto, deve ser compreendida como parte de uma política de memória que valoriza os saberes locais, mas que também reconhece a complexidade dos processos sociais que os constituem. Isso implica promover a renda não apenas como um produto a ser preservado, mas como uma prática a ser vivida, compartilhada, reinterpretada e projetada para o futuro. Implica também combater as desigualdades estruturais que ainda marcam o universo das rendeiras — como o acesso limitado à educação, à tecnologia, ao crédito e à valorização de mercado — e promover políticas públicas intersetoriais que articulem cultura, gênero, economia solidária e educação patrimonial.

Em suma, a renda de bilro como patrimônio cultural imaterial em Raposa-MA é expressão de uma memória viva, de uma prática coletiva de resistência e de uma estética popular em constante transformação. Sua patrimonialização não é apenas um ato de reconhecimento do passado, mas também um gesto de projeção de futuros possíveis, onde os saberes das mulheres, os territórios populares e as identidades tradicionais ocupem, com dignidade e centralidade, os espaços da cultura brasileira.

Mulheres, Renda e Resistência: diálogos sobre gênero e trabalho

A prática da renda de bilro em Raposa-MA não pode ser compreendida isoladamente como uma técnica artesanal, mas deve ser situada no contexto das experiências femininas que a sustentam e a reproduzem ao longo do tempo. Trata-se de um saber ancestral que se inscreve nas tramas da memória, da cultura e da resistência, sendo transmitido de forma oral e experiencial entre mulheres, quase sempre no interior dos lares, das redes de vizinhança ou em coletivos como associações e cooperativas. A história da renda de bilro é, portanto, indissociável da história das mulheres que a praticam — mulheres que, a despeito

das desigualdades estruturais, afirmam-se como sujeitas históricas por meio de sua arte, sua fala e sua ação coletiva.

Entretanto, é importante salutar que durante muito tempo na historiografia falar de mulheres era situar a divisão entre sexos, uma história feita a complementar ao mundo masculino. O seguimento dos movimentos feministas, principalmente a segunda onda entre as décadas de 1960 e 1980, acionariam as tendências acadêmicas para os debates que reacenderiam sobre a categoria analítica de gênero. De acordo com as inquietações de Scott (1995, p. 75)

> [...] o termo "gênero" também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior. Em vez disso, o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres.

Nesse ímpeto do debate, as divisões criadas culturalmente sobre o masculino e feminino enfraqueceu análises sobre a história de mulheres, a exemplo o próprio mundo do trabalho. Suscitar essas questões é enxergar a dinâmica social e econômica que as mulheres possuem não somente ao espaço restrito do "lar", mas a sua atuação as condições necessárias de sobrevivência em contextos de marginalização do outro.

A região da Raposa é conhecida pelas atividades pesqueiras, mesmo com a vinda maciça de migrantes pescadores provenientes de Acaraú durante a década de 1950. A prática pesqueira na região caracteriza-se predominantemente por homens, eis que nunca foram determinantes para a manutenção do lar e aquisição de bens materiais para a família somente por esse trabalho. Se não houvesse a prática de comércio por meio da renda de bilro exercida por mulheres, a "renda" da família seria drasticamente insuficiente para muitas necessidades do lar, o que levanta questões sobre a concepção do homem "provedor".

Admite-se que usufruir do ócio nunca foi uma característica das populações marginalizadas e em lugares de subalternidade, inclusive a noção de mulheres "recatadas do lar" não acompanha a dinâmica da vida social de mulheres periféricas, negras e pobres que sempre precisaram trabalhar. Esse debate é acrescido com as colocações de Joshi (2009, p.147) ao afirmar que "[...] o local do trabalho produtivo significou a negligência de outros espaços de trabalho, em

áreas rurais e nas unidades domésticas", ou seja, o mundo do trabalho por muito tempo voltou-se para as atividades desempenhadas por homens e os espaços das fábricas, cabendo pouco debate ao trabalho das mulheres nos espaços da vida privada.

A abordagem da História Oral alinha-se com essa perspectiva que buscamos nos relatos sobre essa relação de gênero e trabalho. A realização das entrevistas aberta em outubro de 2024, partiu da disponibilidade de 2 mulheres da Associação Bilro de Ouro, sendo representantes da referida instituição, mas contou com diálogos informais com outras rendeiras. A minha inserção na associação dar-se pelo tempo que residi próximo da localidade desde a infância, sempre acompanhando as atividades das rendeiras, tanto em seus comércios como em seus lares.

Com base nos estudos de Bosi (2006), a relação entre o pesquisador e o público entrevistado atravessa linhas tênues de afetos, emoções e sentimentos que afeiçoa tecer o cotidiano como valorativo, onde por vezes enxergamos que o trabalho das rendeiras não recebe o mesmo valor de outros ofícios. Nesse intento, a problematização sobre a importância da renda de bilro a ser valorizado pelas novas gerações foi central para o direcionamento de ações desenvolvidas junto as rendeiras.

Seguindo a perspectiva da autora acima, a apresentação da proposta de pesquisa teve início em janeiro do ano de 2024, concretizando com a realização das entrevistas em 10 de outubro, com Rosa Sousa da Silva de 76 anos, e 21 de novembro, com Marilene Marques Moreira de 50 anos. Ancorando-se na história oral, enquanto metodologia deste estudo, foi fundamental para o acesso à memória das rendeiras, suas trajetórias de vida e suas percepções, onde busco difundir suas experiências e lutas.

Conforme propõe Portelli (2016, p. 23)

> A contribuição do historiador/ativista para essas "comunidades" está, na verdade, não apenas na coleta de histórias e canções. Nem no mero retorno de conhecimento à comunidade (que, por definição, já o possui, uma vez que é precisamente de onde ele provém). A contribuição do historiador/ativista está na elaboração e na articulação dos conhecimentos da comunidade e na disseminação desse conhecimento para além de sua fronteira.

Com base nessa atuação de ser um historiador/ativista, destaquei das entrevistas e conversas realizadas as lembranças ligadas à infância e à convivência com avós, mães e tias como as primeiras experiências com a renda de bilro. Muitas mulheres iniciaram-se na arte do bilro aos sete, oito ou nove anos, em um processo não formal, mas profundamente pedagógico, onde o observar e o imitar eram formas legítimas de aprendizagem. Isso pode ser observado no depoimento de Rosa Sousa da Silva, primeira presidenta da associação de rendeiras de raposa, conhecida pelas colegas como Dona Rosa.

A pergunta para Dona Rosa foi com o intuito de saber como esse aprendizado aconteceu, segundo elaborado a seguinte pergunta "Eu queria que a senhora me contasse um pouco como que a senhora começou a trabalhar com a renda de bilro?", ela relata como aprendeu a fazer renda da seguinte forma:

> Eu comecei a trabalhar com a renda de bilro desde a idade de sete anos. Minha mãe era rendeira e me ensinou desde pequena. Com sete anos, eu já fazia renda para vender. Comecei nesse trabalho aos sete anos, e minha mãe me ensinou a ser uma rendeira ainda pequenininha. A renda que eu fazia já servia, e minha mãe a levava para vender, assim podíamos comprar as coisinhas para a gente. (Silva, 2024).

A almofada de renda, nesse contexto, era mais do que uma ferramenta de trabalho: era também um objeto de mediação afetiva, de conversa, de troca e de inserção no mundo das mulheres adultas. Na entrevista, a passagem do texto "assim podíamos comprar as coisinhas para a gente" demonstra o aspecto que torna as mulheres desempenhando a autonomia financeira, desmistificando os pressupostos masculinistas que classificam os ganhos dos homens como "principais" (Joshi, 2009).

É característico apontarem a importância das meninas em aprenderem, o que tem sido um desafio as novas gerações de continuarem o processo da renda de bilro, por essa razão a pergunta direcionada a entrevistada Marilene foi "Como a senhora enxerga o futuro da renda de bilro aqui em Raposa?", em resposta:

> Isso... Porque eu aprendi com a minha mãe. Minha filha não quis fazer a renda. Então, se depender dela, a renda vai morrer comigo. E os filhos das outras rendeiras também não quiseram aprender. E as que aprenderam, já ficou só com elas. Por isso que meu objetivo é levar essa renda para as escolas, para os jovens que tiverem interesse. Porque, se eu não levar para outros lugares – quando me refiro a Raposa –, nossa tradição vai acabar, vai ficar só nas lembranças (Moreira, 2024).

Destaca-se que o aprendizado da renda não era apenas técnico, mas também moral e social, articulando saber, identidade e pertencimento do público feminino. Essa transmissão intergeracional do saber-fazer artesanal se inscreve no que Maurice Halbwachs (1990) denomina de "quadros sociais da memória", ou seja, estruturas coletivas que moldam e sustentam o lembrar individual. A memória da renda, nessa ótica não é apenas um acervo de lembranças privadas, mas um campo compartilhado, regulado por normas, valores e expectativas de grupo. As rendeiras de Raposa compartilham uma memória coletiva que dá coesão à sua prática, ainda que cada uma possua trajetórias distintas. É essa memória que legitima o saber da rendeira, mesmo que ela nunca tenha aprendido a ler ou frequentado uma escola formal.

Além de constituírem um *lócus* privilegiado de transmissão cultural, as mulheres rendeiras são também agentes de resistência cotidiana. Historicamente, a prática da renda permitiu às mulheres certa autonomia econômica, ainda que limitada, em um contexto marcado pelo patriarcado, pela pobreza e pela informalidade. Em muitas famílias, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, a renda era a única fonte de sustento, pois as vezes os maridos demoravam muito tempo no mar pescando e nem sempre a pescaria era farta. A renda era vendida na porta de casa ou por encomenda. A despeito das dificuldades, a renda proporcionava às mulheres alguma forma de controle sobre seus ganhos, o que contribuía para a construção de um espaço de autonomia relativa no interior das relações familiares.

Com o seguimento do relato de Dona Rosa, ela enfatiza o êxito que obteve com a renda de bilro para sustentar sua casa, possibilitar que sua filha se formasse, além de expressar seu ofício com orgulho:

> Para mim, em primeiro lugar, a renda tem um significado muito bom, pois me ajudou a criar a família e a educar minha filha, entende? Para mim, foi uma experiência maravilhosa que não tem como não me sentir alegre, satisfeita e feliz. E em Raposa, acredito que a renda representa algo muito positivo, pois hoje temos um corredor de renda, o que chama a atenção para o município, mostrando a força das rendeiras. Embora eu já seja uma rendeira que poderia estar aposentada, não quero me encostar, entende? (risos) Vejo todas as rendeiras armadas e felizes, e isso me traz alegria. Acredito que a Raposa, com seu corredor de renda, é um lugar especial, cheio de pessoas que ainda estão produzindo. Para mim, isso é uma felicidade, mesmo que às vezes a gente reclame do preço e do pouco que ganhamos pelo tempo que dedicamos. Mas eu sempre digo que o pouco com Deus é muito, enquanto o muito sem Deus é nada. E essa é a melhor parte para mim, porque hoje sou uma rendeira feliz! Sou assim porque sei que tenho filhas formadas, e isso é resultado do meu trabalho e do apoio do meu marido, mas eu fui além da ajuda dele (Silva, 2024).

Essa dimensão econômica da renda é inseparável de sua dimensão simbólica. Produzir renda não é apenas uma forma de ganhar dinheiro, mas também de afirmar uma identidade, de pertencer a uma linhagem de mulheres, de manter viva uma tradição. Como destaca Candau (2012), memória e identidade são processos interligados, que se alimentam mutuamente. A identidade das rendeiras de Raposa é constituída, em grande parte, por meio da memória da prática: lembrar-se de quem ensinou, de onde aprendeu, de como fazia, de com quem produzia. São essas memórias que sustentam o sentimento de orgulho e pertencimento que muitas delas expressam ao falar de sua arte.

Em Raposa, como em outras comunidades litorâneas do Brasil, a divisão sexual do trabalho atribui às mulheres as atividades domésticas e de cuidado, enquanto os homens se ocupam, tradicionalmente, da pesca e do transporte. Nesse contexto, a renda surge como uma atividade "de dentro", realizada no quintal, na varanda ou na sala de casa, e que permite à mulher conciliar o trabalho produtivo com o reprodutivo.

Para Scott (1995, p. 81)

> Esta interpretação limita o conceito de gênero à esfera da família e à experiência doméstica e, para o historiador, ela não deixa meios para ligar esse conceito (nem o indivíduo) a outros sistemas sociais, econômicos, políticos ou de poder. Sem dúvida está implícito que os arranjos sociais que exigem que os pais trabalhem e as mães executem a maioria das tarefas de criação das crianças estruturam a organização da família. Mas não estão claras a origem nem as razões pelas quais eles estão articulados em termos de uma divisão sexual do trabalho. Tampouco se discute a questão da desigualdade, por oposição à da assimetria.

Com base nessa problemática levantada por Scott (1995), essa relativa conciliação revela a sobrecarga das mulheres, que precisam "dar conta" da renda, dos filhos, da comida, da casa. Ainda assim, é nesse espaço de sobreposição de tarefas que muitas mulheres constroem redes de solidariedade, trocam saberes e exercem formas de liderança e resistência.

Nos últimos anos, a atuação de coletivos como a Associação Bilro de Ouro tem potencializado essas formas de organização feminina, articulando as rendeiras em torno de demandas comuns, como capacitação, acesso a políticas públicas, valorização da produção local e combate à invisibilidade. Tais iniciativas revelam um processo de politização da prática artesanal, em que as rendeiras deixam de ser vistas apenas como "artesãs tradicionais" e passam a ser reconhecidas como sujeitos políticos, capazes de reivindicar direitos, propor ações e disputar

narrativas sobre sua própria história. Como destaca Rios (2015), essa politização não significa uma ruptura com a tradição, mas sim sua reinvenção em novos contextos.

Diante dessa necessidade de "reinvenção", fica expresso nos relatos de Marilene Moreira como a geração de jovens podem agregar nas atividades desenvolvidas das rendeiras, principalmente na associação:

> Até porque poderíamos pegar esses jovens que têm um conhecimento muito focado na internet e trazê-los para dentro da associação ou outras instituições para ajudar na venda da produção de renda. Hoje já trabalhamos com a internet, temos nosso Instagram e vendemos bastante, conseguimos muitas encomendas através das vendas online (Moreira, 2024).

Em um cenário marcado pela globalização e inovação nos meios de comunicação, entendem que é necessário haver incorporação de ferramentas digitais que possam melhorar as atividades das rendeiras e na visibilidade de suas artes. Suas histórias revelam que o fazer artesanal é também uma forma de fazer política, de construir narrativas contra-hegemônicas e de disputar sentidos sobre o que é cultura, trabalho e dignidade.

Nesse contexto, a valorização da história oral como fonte e método de pesquisa não é apenas uma opção técnica, mas uma escolha ética e epistemológica. Ao escutar as rendeiras, reconhecemos a legitimidade de suas vozes, de seus saberes e de suas formas de contar o mundo. Como argumenta Rondelli (1993), ao estudar os contadores de histórias de Raposa, a oralidade é um campo de construção de sentidos, onde se negociam experiências e se preservam mundos. A renda de bilro, como prática narrativa, incorpora esse princípio: cada ponto é uma memória, cada desenho é uma história, cada almofada é um arquivo vivo da experiência feminina.

Entre Bilros e Solidariedade: A economia da renda

A economia que gira em torno da renda de bilro em Raposa-MA está enraizada em valores de reciprocidade, apoio mútuo e protagonismo comunitário. Longe de corresponder a uma lógica empresarial tradicional, a produção e comercialização da renda se articula em torno de práticas associativas, redes de cooperação e modelos de subsistência solidária, configurando uma economia de resistência

que sustenta e organiza a vida de inúmeras mulheres. Com base em princípios de coletividade, essas mulheres constroem soluções autônomas diante da escassez de oportunidades formais de trabalho, fortalecendo uma dinâmica que alia sustento financeiro à preservação de um saber ancestral.

É importante frisar que a renda, para além do seu valor estético e simbólico, constitui uma fonte de rendimento real e significativa para muitas famílias de Raposa. Em contextos de vulnerabilidade social, a confecção e a venda de peças artesanais se apresentam como alternativa viável de ganho capital. Algumas rendeiras conseguiram o sucesso individual com suas lojas no famoso corredor das rendeiras, uma avenida com lojas de vender renda e em ambos os lados.

Figura 2 - Corredor das rendeiras em Raposa-MA



Fonte: Acervo do autor (2024)

Albuquerque: revista de Estudos Culturais. Aquidauana, v. 18, n. 35, jan.- jun. 2026.
e-issn: 2526-7280

Figura 3 - Loja de rendas no corredor das rendeiras



Fonte: Acervo do autor (2024)

O caráter flexível da produção — realizada geralmente no ambiente doméstico ou na calçada de suas lojas para despertar a curiosidade de turistas que param para observarem o fazer da renda permite que as rendeiras conciliem o trabalho com outras responsabilidades cotidianas, sobretudo os cuidados com filhos, idosos ou tarefas domésticas, às quais muitas delas seguem socialmente atribuídas.

Outro aspecto central é a forma como a comercialização das rendas acontece. Ao contrário de um modelo centrado em grandes redes de distribuição ou em lojas de alto padrão, as rendeiras de Raposa atuam em circuitos alternativos, como feiras de artesanato, exposições culturais, vendas por encomenda e a venda em suas próprias lojas. Em muitas situações, o produto é vendido diretamente por quem o confeccionou, o que fortalece a relação entre produtor e consumidor e garante maior controle sobre os preços e formas de pagamento. Essa estratégia direta elimina intermediários que, em modelos convencionais, muitas vezes exploram a mão de obra artesanal e comprometem a sustentabilidade da atividade.

Quando a venda ocorre por meio da associação bilro de ouro, os lucros são redistribuídos conforme critérios previamente acordados, respeitando o esforço de cada integrante. As rendeiras que fazem parte dessa estrutura relatam ganhos não apenas financeiros, mas também subjetivos — como o sentimento

de pertencimento, a elevação da autoestima e a percepção de que seu trabalho é valorizado e respeitado. A coletividade, nesses casos, torna-se um escudo contra a precarização e a desvalorização histórica do trabalho feminino manual.

Em termos institucionais, algumas iniciativas públicas e privadas vêm buscando integrar as rendeiras aos circuitos mais amplos da chamada economia criativa. Parcerias com órgãos governamentais, ONGs e universidades têm proporcionado acesso a editais de fomento, formação em gestão de negócios e orientação sobre direitos trabalhistas e previdenciários. Ainda que essas ações estejam longe de cobrir todas as necessidades do setor, representam avanços importantes no sentido de romper o isolamento histórico das artesãs e reconhecer o valor estratégico da produção cultural local no desenvolvimento socioeconômico regional.

Essas experiências de inserção produtiva das rendeiras também dialogam com o debate mais amplo sobre alternativas ao modelo econômico excludente dominante. Ao atuarem com base em valores de solidariedade, sustentabilidade e cooperação, essas mulheres desafiam a lógica do lucro a qualquer custo e propõem, na prática, um outro modo de fazer economia — mais humano, sensível e integrado à realidade das comunidades. Tal perspectiva ressoa com os princípios da economia feminista, que propõe a centralidade da vida e do cuidado como critérios para organizar a produção, distribuição e consumo de bens e serviços.

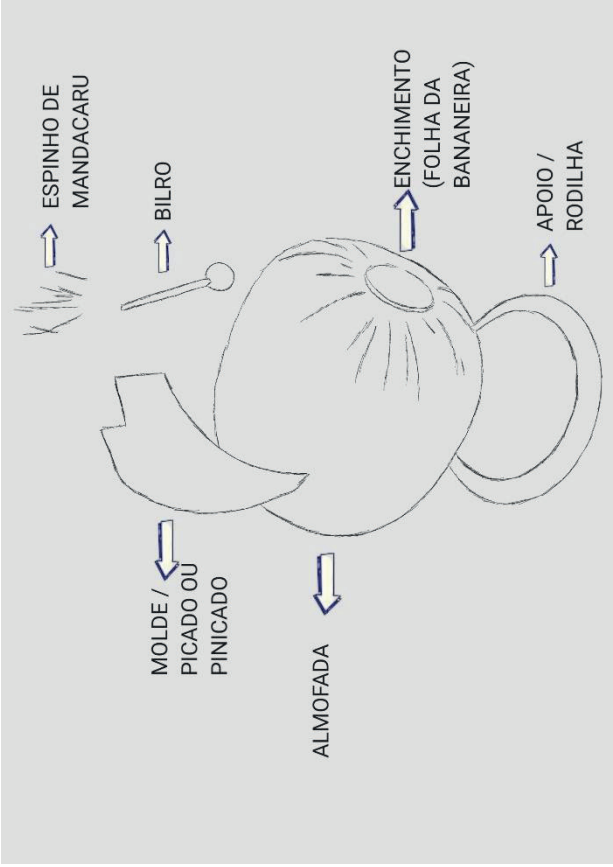
Nesse contexto, a renda de bilro de Raposa-MA não é apenas um produto artesanal, mas um vetor de mobilização social, de geração de renda com justiça e de formação de redes de apoio mútuo. É nesse entrelaçamento entre fios e solidariedade que se estrutura uma economia que, mesmo em meio a adversidades, afirma-se como possibilidade concreta de transformação social. A sustentação dessa prática por meio de arranjos associativos não apenas assegura a permanência da renda como expressão cultural, mas também fortalece a posição das mulheres na esfera pública, conferindo-lhes voz, visibilidade e autonomia.

Além disso, a economia da renda em Raposa articula-se com uma cadeia mais ampla, que envolve fornecedores de matéria-prima, pois os bilros e as almofadas dependem de pessoas que vão a natureza buscar a matéria prima. Segundo o relato de Marilene Moreira sobre os materiais utilizados na confecção dessa arte, destaca-se que:

> No caso, as ferramentas necessárias. Começamos com a almofada, que é cheia de palha de banana. Os bilros, que são feitos de tucum perfurado com um pedaço de madeira. Aí tem a rodilha, que é a base que segura a almofada. Temos espinhos que fixam a renda, e usamos linha. Qualquer tipo de linha de qualidade, como Cléa ou Anne. Esses espinhos fixam a linha junto com o papelão, que são os desenhos que fazemos, os pinicados, para que se possa fazer a renda sobre esse desenho (Moreira, 2024).

Portelli (2016) sempre lembra de preservar nas escrituras a linguagem vernacular e coloquial com a qual as histórias geralmente são contadas, por este motivo as entrevistadas expressam suas formas individuais de tecitura sobre a renda de bilro. De acordo com esses ensinamentos, aprendemos também nesse processo dialógico, por essa razão representamos na imagem abaixo o que foi explicitado pela entrevistada:

Figura 4 - Materiais utilizados pelas rendeiras



Fonte: Autoria própria (2024)

Essa rede heterogênea permite a circulação não somente de conhecimentos e de produtos, mas também a construção de parcerias duradouras que respeitam os tempos, os saberes e os modos de vida das comunidades envolvidas, assim como foram aprendizados fundamentais em nosso percurso de pesquisa. Tal articulação é fundamental para que a renda continue sendo uma prática economicamente viável, sem ceder às pressões por padronização, aceleração da produção ou exploração de sua imagem em contextos que não respeitam sua origem.

Nesse cenário marcado por demandas e aceleramento de produção, é enfatizado muito por Dona Rosa como a arte de tecer exige tempo, cuidado e manuseio de instrumentos fundamentais para produzir uma vestimenta ou outro tipo de tecido. Em um teor cômico ela relata a produção de uma blusa encomendada por uma cliente:

> Faz uns 5 ou 6 meses que eu fiz essa blusa, essa camiseta. E essa camiseta, hoje, eu vou dizer por quanto eu fiz: eu a fiz por 500 reais nessa data. E hoje, se fosse para fazer, eu não faria nem por esse preço. Foi muito barata, muito barata, porque eu passei 3 meses para fazer. E, quando eu vi que não ia terminar em 3 meses, eu fiz como na história: "Vou para a noite" (risos). Mas eu fiz sozinha. Ficou muito bonita! A mulher, a moça que tinha me encomendado, ficou tão alegre, tão satisfeita, que ela disse assim: "Dona Rosa, eu nunca pensei que a senhora me entregasse essa blusa." E eu disse que, mesmo que eu tivesse morrido, ela ainda receberia a blusa, porque minha filha terminaria para mim. Ela deu uma parte para eu começar a blusa, e o restante eu recebi no final (Silva, 2024).

Em suma, a economia da renda de bilro em Raposa se constitui como um campo de práticas que articula trabalho, cultura, gênero e solidariedade. É por meio desse arranjo que as rendeiras constroem alternativas concretas à precariedade e à invisibilidade, reafirmando cotidianamente o valor do saber-fazer tradicional e do trabalho coletivo. Nessa perspectiva, o bilro, mais do que ferramenta artesanal, torna-se símbolo de resistência, de sustentabilidade e de transformação social ancorada no território e nos vínculos comunitários.

Esse diálogo com a comunidade, por meio da associação, não é realizado somente com o público adulto, mas envolve parcerias com as escolas da região que fomentam iniciar as atividades da renda de bilro. Segundo a entrevistada Marilene Moreira, as atividades desenvolvidas em algumas escolas expressam o trabalho contínuo de manter a tradição viva:

> Para nós, foi até uma honra termos sido chamadas para a associação das Rendeiras. Eu e outra Josinete fomos falar com a secretária, porque tínhamos a vontade de levar nossa arte para as escolas. Por quê? Porque foi a única maneira que vimos de a cultura ter um... como posso dizer... ter um alcance maior, para que a tradição não acabe. Antigamente, nós, a partir dos sete, oito anos, éramos obrigadas a fazer renda e, muitas vezes, aprendíamos por curiosidade. [...] Mas eu pensei que não ia ter êxito, mas já estamos com dois anos na escola, onde os alunos já desenham suas peças, já fazem o pinicado, já se interessam em fazer a renda, e tem algumas que já dizem que até vão vir para a associação das Rendeiras para dar continuidade ao seu trabalho (Moreira, 2024).

A imagem abaixo ilustra a oficina de forma vívida como o saber-fazer da renda de bilro continua sendo transmitido por meio da oralidade e da prática cotidiana, reforçando a importância de escutar quem vive e preserva essa tradição no dia a dia.

Figura 5 - Oficina de renda de bilro na escola Sarney Filho em Raposa-MA



Fonte: Acervo do autor (2024)

Certeau (1982) discute a narrativa histórica como prática que estrutura sentidos e posições no discurso, permitindo aos sujeitos organizar e reinterpretar suas experiências vividas a partir da linguagem. Assim, ao ouvir as rendeiras, não buscamos apenas dados objetivos sobre a produção da renda, mas também seus significados mais profundos, muitas vezes não registrados em documentos oficiais. A narrativa oral se transforma, assim, em um documento histórico,

carregado de afetos, disputas de memória e representações sociais.

Além disso, a noção de memória coletiva proposta por Halbwachs (1990) e os estudos de Joël Candau (2012) sobre identidade ajudam a entender como os saberes relacionados à renda são transmitidos socialmente, estruturando identidades de grupo e fortalecendo vínculos comunitários. A memória, nesses termos, não é um repositório estático de informações, mas um campo em constante disputa, onde se negociam sentidos, valores e pertencimentos, pois como afirma o autor:

> [...] a memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo: "a memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um 'estar aqui' que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele" (Candau, 2012, p. 9).

Esse entendimento permite reconhecer que a memória das rendeiras não está apenas nos relatos individuais ou nos registros documentais, mas se manifesta também nos gestos repetidos, nas técnicas aperfeiçoadas ao longo do tempo e nas histórias contadas enquanto se trabalha. Cada ponto tecido na almofada carrega fragmentos de vivências, emoções e aprendizados, compondo uma narrativa coletiva em constante transformação. Assim, o fazer da renda não apenas preserva a memória, mas também a reconfigura, criando significados que dialogam com o presente e respondem às mudanças sociais e culturais do território. É nesse entrelaçamento entre técnica e narrativa, entre gesto e lembrança, que a identidade das rendeiras se atualiza, resistindo ao esquecimento e afirmando a continuidade de um saber-vivo.

Considerações finais

A trajetória da renda de bilro em Raposa-MA revela a complexidade e a vitalidade de uma prática que articula cultura, gênero, memória e economia. Longe de constituir-se apenas como um vestígio do passado ou uma manifestação folclórica, a renda é um campo de resistência ativa, onde mulheres protagonizam processos de transmissão de saberes, organização comunitária e geração de renda com base em princípios de solidariedade, autonomia e reconhecimento mútuo.

Este artigo procurou demonstrar que a renda de bilro ultrapassa sua materialidade têxtil para assumir um lugar estratégico na constituição de identidades femininas, na preservação da memória coletiva e na construção de alternativas econômicas enraizadas nas realidades locais. Por meio da história oral, foi possível acessar as vozes das rendeiras e compreender como suas vivências, muitas vezes silenciadas nas narrativas oficiais, produzem sentidos profundos sobre pertencimento, dignidade e transformação.

Ao observar a renda como patrimônio cultural imaterial, verificou-se que os processos de reconhecimento oficial, embora importantes, são apenas uma parte de um fenômeno mais amplo. A valorização real da prática rendilheira exige políticas públicas que articulem formação, fomento e comercialização, respeitando a diversidade estética, social e simbólica que envolve esse saber tradicional. Trata-se de reconhecer que o patrimônio não se limita ao que é registrado formalmente, mas está presente no cotidiano das comunidades, nos gestos, nas palavras e nos arranjos coletivos que sustentam modos de vida específicos.

No campo econômico, a renda de bilro apresenta um modelo alternativo à lógica competitiva e excludente dominante. As experiências de organização das rendeiras em associações e redes de cooperação demonstram a potência de práticas econômicas orientadas por valores de reciprocidade, partilha e cuidado. Esses modelos, embora ainda enfrentem inúmeros desafios, revelam que é possível construir economias mais humanas, sustentáveis e conectadas às necessidades reais das pessoas, especialmente das mulheres em situação de vulnerabilidade.

Além disso, o engajamento das rendeiras em espaços de tomada de decisão, seja por meio de lideranças associativas, seja em interlocução com instituições públicas e privadas, evidencia um processo de empoderamento coletivo que transcende o fazer artesanal. A renda torna-se, assim, uma linguagem de ação política, por meio da qual essas mulheres reivindicam não apenas visibilidade, mas o direito de participar ativamente da construção de políticas culturais, educacionais e econômicas.

Em última instância, a renda de bilro é uma forma de narrar o mundo com as mãos. Cada ponto, cada trama, carrega uma história, uma memória, um gesto que resiste ao esquecimento e afirma a continuidade de um saber-vivo. Reconhecer isso é, ao mesmo tempo, um exercício de escuta e de compromisso: escutar o

que essas mulheres têm a dizer sobre si mesmas, sobre seu território, sobre suas lutas, e comprometer-se com a valorização efetiva de suas práticas, não apenas como patrimônio, mas como parte integrante de uma sociedade mais justa e plural.

Portanto, esses estudos contribuem para a visibilidade e o fortalecimento das narrativas que emergem dos saberes populares e do protagonismo feminino. Ao visibilizar a experiência das rendeiras de Raposa-MA, reafirma-se a importância de pensar o patrimônio cultural a partir das margens, dos quintais, das almofadas e dos bilros — espaços onde se entrelaçam passado e presente, tradição e criação, resistência e esperança.

Referências

ABOUD, Camila de Pádua. **Colaboração e correspondências**: o design participativo no complexo de valores da renda de bilro na Raposa – MA. 2019. Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças dos velhos. – 13º edição – São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Tradução de Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

FELIPPI, Vera. **Decifrando rendas**: processos, técnicas e história. [livro eletrônico]. 1ª Ed. Porto Alegre: Ed. da Autora, 2021.

JOSHI, Chitra. **Além da polêmica do provedor**: mulheres, trabalho e história do trabalho. Revista Mundos do Trabalho, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 147–170, 2009. DOI: 10.5007/1984-9222.2009v1n2p147. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2009v1n2p147. Acesso em: 30 abr. 2026.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas: Unicamp, 1990.

MIGNOLO, Walter. Entrevista – Walter Mignolo/Parte 2: Conceitos-chave. Disponível em https://www.e-ir.info/2017/01/21/interview-walter-mignolopart-2-key--concepts. Acesso em: 10 fev. 2025.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral como arte da escuta**. São Paulo: Letras e Voz, 2016.

RONDELLI, B. **O Narrado e o Vivido**: o processo comunicativo das narrativas orais entre pescadores do Maranhão. Rio de Janeiro: FUNARTE/TBAC, Coordenação de Folclore e Cultura Popular, 1993.

SILVA, Rosa Sousa da. Entrevista realizada em outubro de 2024. Raposa, Maranhão.

RIOS, Raphael da Mota. **Memórias rendilhadas**: trajetórias e saberes das mulheres rendeiras de Raposa-MA. 2015. Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n.2, jul./dez., 1995, p.71-99.

SERRÃO, Ádilla Danúbia Marvão Nascimento. **As tramas da renda de bilro**: transformações na produção artesanal no município de Raposa – MA. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2019.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.